

A decisão de construir um data center começa no “day after”

Entre CAPEX, eficiência, suporte e confiabilidade, a viabilidade de um data center começa a ser definida antes mesmo da operação — e se confirma no dia seguinte.

Artigo de opinião | Maio de 2026

Rodolfo Prezia

Consultor especializado em energia e infraestrutura crítica

O REDATA segue em compasso de espera no Congresso, enquanto o mercado mantém a expectativa pelos incentivos e pelo avanço dos investimentos em infraestrutura digital no Brasil. Nesse contexto, o foco naturalmente recai sobre a construção das novas estruturas, a aquisição de equipamentos e a perspectiva de entrada em funcionamento dos novos data centers. Ainda assim, há um ponto que não pode ser negligenciado: o que acontece no dia seguinte ao início da operação.

O ponto mais importante, na minha visão, é justamente o “day after”. Assim que o data center entra em funcionamento, a despesa começa a ser contabilizada. É nesse momento que a decisão de compra deixa de ser apenas uma planilha de CAPEX e passa a se revelar no OPEX, na confiabilidade da infraestrutura e na capacidade de sustentar desempenho ao longo do tempo.

Por isso, é tão importante contratar equipamentos de qualidade, com alta eficiência e confiabilidade. Também é fundamental contar com um fornecedor presente no momento mais crítico: o da falha. Todo equipamento está sujeito a falhas. Em uma operação de data center, o que diferencia uma boa decisão de uma decisão cara é a combinação entre tecnologia adequada, contingência bem planejada, equipe preparada e parceiros fortes, capazes de dar resposta rápida.

Esse ponto conversa diretamente com a lógica do próprio REDATA, que vincula incentivos e enquadramento a critérios técnicos e de sustentabilidade, incluindo indicadores auditáveis de eficiência energética e hídrica. Em outras palavras, eficiência não é apenas requisito para acessar benefícios ou atender à regulação; é a base de um data center rentável. O regime foi proposto como política industrial para atrair investimentos em infraestrutura digital no Brasil, com incentivos fiscais e exigências relacionadas a energia limpa, P&D e atendimento ao mercado interno.

Imagine, por exemplo, que o departamento de compras apresente a boa notícia de uma economia de 10% na aquisição do sistema de climatização. À primeira vista,

parece uma excelente decisão. Mas, se o equipamento adquirido tiver um COP 10% inferior, essa economia inicial pode se transformar em custo permanente. O CAPEX cai, mas o OPEX sobe, o PUE piora e a conta de energia passa a cobrar essa diferença todos os meses. É o tipo de escolha que parece eficiente na compra, mas se revela cara na operação.

Há ainda outro cenário recorrente: a adoção de uma tecnologia disruptiva, ou mesmo consolidada, mas sem um representante forte no Brasil. Enquanto tudo funciona, a escolha parece defensável. O problema surge na primeira falha. Quando não há suporte adequado, o tempo de resposta aumenta, o custo de reparo cresce e rapidamente surge a percepção de que a substituição talvez tivesse sido mais barata do que a aposta inicial. Em ambiente crítico, esse tipo de decisão pesa demais.

No fim, eficiência, qualidade e suporte não são detalhes periféricos da decisão. Estão no coração do projeto. O REDATA pode acelerar investimentos e ampliar a atratividade do Brasil, mas isso não altera um fato básico: um bom data center não é apenas aquele que se constrói rápido ou se compra barato. É aquele que continua fazendo sentido no dia seguinte, quando a operação começa e o custo se torna recorrente, concreto e inevitável.

Sobre o autor

Rodolfo Prezia é engenheiro eletricitista e administrador de empresas, com atuação como consultor especializado em energia e infraestrutura crítica. Participou ativamente da construção do primeiro data center certificado Tier IV no Brasil e foi responsável pela operação do site durante alguns anos.

Nota editorial

O REDATA foi originalmente instituído pela MP 1.318/2025, que perdeu validade por não ter sido votada dentro do prazo constitucional. Para preservar a política, seu conteúdo foi incorporado ao PL 278/2026, já aprovado pela Câmara dos Deputados e atualmente em tramitação no Senado. O setor defende prioridade na análise, diante da expectativa de aprovação ainda no primeiro semestre e do receio de desaceleração legislativa com a aproximação do calendário eleitoral.